

**A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DE UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS**

**LA IMPORTANCIA DE LOS CONTROLES INTERNOS EN LA PRESTACIÓN
DE CUENTAS DE UNA INSTITUCIÓN SIN FINES LUCRATIVOS**

Edilene Sousa Pires
Lidiane dos Santos Silva

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal verificar de que forma os controles internos auxiliam na gestão contábil de uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos localizada no Sul do Maranhão, que visa incentivar a gestão socioambiental através da captação de recursos e sua aplicação em projetos e programas, que proporcionem a capacitação técnica e profissional, buscando a geração de emprego e renda para jovens e adultos. Para a realização da pesquisa foi feito um estudo de caso com análise de documentos da instituição. Observou-se que a instituição se preocupa com a transparência das informações repassadas aos seus investidores sociais, bem como para a sociedade em geral, dessa forma, alimenta controles internos, com o intuito de dar subsídios à confecção dos relatórios contábeis, e assim permitir a clareza e seriedade das informações transmitidas aos seus investidores no momento da prestação de contas.

Palavras-chave: Controles internos. Terceiro setor. Transparência.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo principal verificar de qué forma los controles internos auxilian en la gestión contable de una institución de asistencia social, sin fines de lucro ubicada en el sur de Maranhão, que busca incentivar la gestión socioambiental a través de la captación de recursos y su aplicación en proyectos y programas, que proporcionen la capacitación técnica y profesional, buscando la generación de empleo y renta para jóvenes y adultos. Para la realización de la investigación se realizó un estudio de caso con análisis de documentos de la institución. Se observó que la institución se preocupa por la transparencia de las informaciones repassadas a sus inversores sociales, así como a la sociedad en general, de esa forma, alimenta controles internos, con el fin de dar subsidios a la confección de los informes contables, y así permitir la claridad y

seriedade de la información transmitida a sus inversores en el momento de la rendición de cuentas.

Palabras clave: Controles internos. Tercer sector. Transparencia.

1 INTRODUÇÃO

Para entendimento do Setor que será especificamente tratado nesta pesquisa, é importante entender que existem três setores na sociedade: o Primeiro Setor é formado pelo Estado, o Governo, o Segundo Setor é constituído pelas empresas privadas que praticam as mais variadas atividades e visam ao lucro e o Terceiro Setor, objeto deste estudo é formado por organizações que se preocupam com o bem-estar social e que têm uma preocupação assistencialista. A transparência na prestação de contas de uma instituição social sem fins lucrativos, permite um exercício sólido, sem margens para duplas interpretações. A sociedade, bem como os Investidores Sociais, espera das instituições de assistência social a citada transparência, tanto nos serviços prestados à comunidade, quanto na destinação dos repasses recebidos.

Os Investidores precisam de um retorno confiável da aplicação dos valores por eles investidos. Por esse motivo, fica clara a importância do uso de controles internos dentro destas instituições, pois os mesmos, se alimentados corretamente, poderão dar subsídios para informações contábeis objetivas e confiáveis. Dessa forma, a pesquisa busca responder a seguinte problemática: Como as ferramentas de controle interno utilizadas por uma instituição social sem fins lucrativos auxiliam no apoio à gestão contábil?

O objetivo principal deste artigo foi analisar as ferramentas de controle interno utilizadas por uma instituição social sem fins lucrativos no processo de gestão contábil. E deste modo buscou-se identificar os projetos desenvolvidos pela Instituição, verificando também os controles utilizados pela Instituição nestes projetos, evidenciando de que forma os controles internos auxiliam na gestão contábil

A tipologia de pesquisa adotada para a elaboração deste trabalho quanto aos objetivos foi classificada como pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos a pesquisa se enquadra em estudo de caso. Quanto à abordagem do problema pode ser considerada como pesquisa qualitativa. A pesquisa foi elaborada em uma instituição do Terceiro Setor, localizada em Balsas – MA no período compreendido entre março e setembro de 2016. Através desta pesquisa, foi feito um estudo de caso e análise de documentos onde buscou-

se estudar os controles internos utilizados pela instituição sem fins lucrativos que tem como finalidade social incentivar a gestão socioambiental, através da captação de recursos e sua aplicação em projetos e programas, que proporcionem a capacitação técnica e profissional, buscando à geração de emprego e renda para jovens e adultos, tornando –os cidadãos atuantes em suas comunidades.

Para a realização do presente estudo o instrumento foi dividido em três partes, onde a primeira buscou-se identificar os projetos desenvolvidos pela instituição, a segunda parte foi verificar os controles internos utilizados nos projetos existentes, e a terceira e última fase preocupou –se em evidenciar de que forma os controles internos auxiliam na gestão contábil da instituição. Dessa forma, foi feita uma análise documental para tentar identificar quais são os controles internos utilizados pela instituição no apoio a gestão contábil e prestação de contas.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial tem por objetivo principal auxiliar a elaboração, controle, análise de desempenho e tomada de decisões por parte dos gestores da instituição. Neste contexto, utiliza-se de controles internos, tais como: orçamentos, relatórios de desempenho, planejamento estratégico, relatórios de custo, e relatórios especiais utilizados para facilitar a tomada de decisões (PADOVEZE, 2010).

Segundo Berti (2013, p.24) “a contabilidade gerencial assume um papel importante na gestão empresarial, devido a ser um ramo da contabilidade que reúne diversos outros ramos (fiscal, financeira, custos)”. O citado autor reforça ainda que a contabilidade gerencial na era do conhecimento é um mecanismo que tem como prioridade oferecer subsídios que possibilitem aos gestores maior segurança na busca das metas e resultados esperados pela instituição. Vale ressaltar que dependendo do nível da organização, a demanda pela informação gerencial contábil é diferente.

A contabilidade gerencial utiliza as demonstrações contábeis, tais como: balanço patrimonial, demonstrativo de resultados, e demonstrativo de fluxo de caixa para retirar as informações pertinentes aos gestores no processo decisório (BERTI, 2013).

Dessa forma, é possível afirmar que a contabilidade gerencial está associada à transmissão de informações para os gestores, ou seja, para todos aqueles que estão dentro da instituição (funcionários, executivos, administradores, etc) e que são responsáveis pela coordenação e controle das ações realizadas.

2.1 Controles internos

Os controles internos são todas as ferramentas que a Instituição possui voltadas à fiscalização e verificação administrativa, essas ferramentas permitem à instituição a previsão, observação e a administração de alguns acontecimentos que ocorrem dentro da empresa e que possam produzir algum tipo de reação em seu patrimônio (CREPALDI, 2009).

De acordo o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, Estados Unidos (*apud* ATTIE, 2011, p.188):

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Para que um sistema de controle interno funcione corretamente é necessário que além do planejamento e eficácia dos procedimentos instituídos pela empresa, também deverá haver competência e comprometimento por parte de todo o pessoal envolvido no processo, pois na aplicação da maioria dos procedimentos de controles internos, podem acontecer erros decorrentes do mau entendimento das instruções repassadas, ou até mesmo outros problemas resultantes de entendimento precário das instruções, erro de juízo, e outros fatores humanos (CREPALDI, 2009).

Os controles internos são todas as ferramentas que a instituição utiliza com o objetivo de dar veracidade aos seus relatórios, conforme Attie e Crepaldi (2009), citam que caso a empresa não tenha controles internos eficientes e pessoas qualificadas, os relatórios emitidos não terão tanta credibilidade.

2.1.1 Classificação dos controles internos

Segundo Crepaldi (2009) os controles internos são classificados em categorias, sendo: Controle Operacional voltado para os objetivos da entidade; Controle Contábil voltado para veracidade dos registros contábeis; e Controle Normativo voltado para a regulamentação pertinente. Conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Classificação dos controles internos

TIPO DE CONTROLE	CONCEITO
Operacional	Relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade.
Contábil	Relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros das demonstrações contábeis.
Normativo	Relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Fonte: Adaptado de Crepaldi (2009)

Os Controles Contábeis são todos os procedimentos destinados a salvaguardar o patrimônio e podem se dar em diversas áreas da Instituição, sendo eles: segregação de funções; sistema de autorização; e sistema de registro (CREPALDI, 2009).

Para possibilitar uma administração eficaz a instituição deve ter controles internos que permitam a clareza das informações e procedimentos, dessa forma, deverá existir um ou mais indivíduos responsáveis por validar as transações financeiras, assim acompanhando a segregação de funções, princípio básico de controle interno primordial para a sua eficiência, que consiste na divisão de poder ou atribuições entre diferentes pessoas, principalmente nas funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações (SILVA, 2013).

Neste contexto também podemos citar: o controle de imobilizados, controle de contas a pagar, controle de contas a receber, controle orçamentário e fluxo de caixa.

O controle de imobilizados pode ser definido como o controle dos bens da empresa, ou seja, bens patrimoniais. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2015, p. 98) “ o Ativo Imobilizado são os bens que auxiliam na consecução de sua atividade e são compostos de máquinas, equipamentos, prédio (em uso), ferramentas, móveis e utensílios, instalações e veículos etc”.

O Contas a Pagar nada mais é do que as obrigações que a empresa tem com terceiros, ou seja, o dinheiro que a mesma deve e tem a pagar para seus fornecedores, governo, colaboradores. Por este motivo, o controle de contas a pagar deverá ser rígido e transparente, para que a instituição pague suas obrigações no momento adequado, afim de não permitir a geração de juros ou problemas jurídicos para instituição (CFC, 2015).

Por outro lado, as contas a receber, representa o crédito que a instituição tem a receber de seus doadores. Esses créditos caracterizam –se, principalmente, em uma organização do Terceiro Setor por: recebimentos que no caso dizem respeito aos recursos

públicos ou doações que são realizadas por meio de convênios, subvenções sociais e termos de parcerias (CFC, 2015).

O orçamento refere-se à previsão das despesas da instituição, ou seja, estimar e calcular as despesas a curto e longo prazo. É uma ferramenta que pode detectar possíveis entraves e pontos críticos nas ações da instituição e desenvolver planos para eliminar ou diminuir o seu efeito. No orçamento contém a estimativa de gastos para cada departamento (CFC, 2015).

Segundo Padoveze (2010), por envolver todos os departamentos da instituição o orçamento pode ser considerado um mecanismo de controle de todo o processo operacional da instituição.

O fluxo de caixa é formado de dados obtidos através dos controles de contas a pagar, contas a receber, de todos os demais que representam as movimentações de recursos financeiros disponíveis na entidade. Ele serve para informar a origem do dinheiro que entrou e saiu do caixa considerando determinado período. (SILVA, 2013).

2.1.2 Importância dos controles internos

A redução do risco de erros em relação ao cumprimento dos objetivos e metas de uma atividade é um dos muitos benefícios da utilização de controles internos dentro de uma instituição (CFC, 2015).

Crepaldi (2009, p. 350) define que os controles internos sob o enfoque contábil compreendem recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade com a finalidade de:

Salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; propiciar a obtenção de informações oportuna e adequada; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade; auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Vale ressaltar que assim como os demais setores o Terceiro Setor necessita de um rigoroso sistema de controle interno, tendo em vista que, no momento da prestação de contas as Demonstrações contábeis precisam estar embasadas em controles confiáveis para que assim possam passar credibilidade aos seus investidores, uma vez que,

informações contábeis erradas e distorcidas podem gerar conclusões erradas e até mesmo decisões que prejudiquem a instituição.

2.2 Terceiro Setor

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2015) o Terceiro Setor é composto por organizações privadas que não visam ao lucro, e as mesmas são dedicadas a realização de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do Governo. Dessa forma, é possível verificar a importância das instituições que fazem parte do Terceiro Setor para a sociedade em geral, uma vez que, o Terceiro Setor completa as ações do Governo e ajuda o mesmo no cumprimento das determinações da Constituição Federal (1988), no que se refere a educação, cultura, saúde e assistência social, pois o Governo não consegue cumprir sozinho.

Para a manutenção e continuidade de seus trabalhos as Instituições pertencentes ao Terceiro Setor, entidades sem fins lucrativos, tem como principais fontes de recursos as doações, contribuições, subvenções, receita de venda de produtos, mercadorias e serviços, e convênios (CFC, 2015).

Além dessas fontes de recursos citadas as Instituições sem fins lucrativos também podem ter outras fontes de captação, tais como aluguel por uso esporádico de imóveis de sua propriedade, congressos, encontros e até mesmo organização de bazar ou bingos beneficentes que visam a captação de receitas para a manutenção das suas atividades fins (OLAK; NASCIMENTO, 2008).

2.2.1 Prestação de contas

Mesmo desempenhando o trabalho corretamente, as Instituições sem fins lucrativos precisam fazer a devida prestação de contas dos valores recebidos, demonstrando para seus investidores e também para a sociedade tudo o que foi recebido e onde os recursos foram investidos, a transferência é essencial para que estas instituições consigam continuar a desempenhar seus trabalhos (MACHADO, 2011).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2015), a prestação de contas é um conjunto de documentos, ou seja, informações cedidas pelos Gestores das Instituições sem fins lucrativos aos Órgãos interessados, tais como investidores sociais, ou Poder Público, de forma a possibilitar o conhecimento e também o julgamento das contas e da

administração dos gestores das Instituições, de acordo com a competência de cada órgão ou autoridade.

Machado (2011, p.74) reforça a importância das instituições de assistência social sem fins lucrativos, apresentarem sua prestação de contas:

É necessário que demonstrem de forma precisa, clara e eficaz, como geram renda para mantê-las, quais os subsídios, subvenções, e benefícios governamentais que recebem e como os aplicam e quais atividades que desenvolvem, tanto para gerar renda quanto para aplicar em suas atividades fins.

Observa-se os elementos que compõem a prestação de contas das instituições do Terceiro Setor, conforme dispõe o Conselho Federal de Contabilidade, listado no quadro 2:

Quadro 2: Documentos exigidos para prestação de contas de instituições do Terceiro Setor

Documento	Conceito
Informações Bancárias	As informações bancárias podem ser solicitadas de duas formas diferentes, a primeira é quando é exigido somente uma relação das contas da entidade. A segunda é quando são exigidos cópias dos extratos bancários, ou documentos que comprovem o saldo.
Relatório de Atividades	É um documento descritivo de todos os trabalhos desenvolvidos pela Instituição durante o período de gestão, deve conter elementos que comprovem os fatos, tais como fotos, e linguagem acessível.
Demonstrações Contábeis	As principais são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas quando aplicáveis.
Inventário Patrimonial	É uma relação onde contém todos os bens patrimoniais da Instituição, móveis e imóveis, com identificação e características do bem.
DIPJ - Declaração de Informações Econômicas-Fiscais de Pessoa Jurídica	A elaboração e entrega da DIPJ é obrigatória para todas as Entidades de Interesse Social. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a perda dos benefícios conquistados pela entidade.
RAIS -Relação Anual de Informações Sociais	Devem ser apresentados à prestação de contas a Rais impressa e o recibo de entrega (mesmo que seja o recibo provisório). No caso da entidade não ser empregador, deve ser entregue a Rais negativa.
Relatório de Auditoria Independente	Exame realizado por auditores independentes, esta exigência pode ser solicitada pelo Poder Público, por portadores de recursos ou estar prevista no estatuto da entidade.

Fonte: Adaptado de Conselho Federal de Contabilidade (2015).

O quadro acima evidencia os principais documentos exigidos no momento da prestação de contas das Instituições sem fins lucrativos. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2015) além nos elementos listados podemos citar ainda: o Plano de Trabalho, onde as Instituições devem manifestar as ações previstas e fazer a comparação com as ações realizadas juntamente com devida análise de suas modificações; e cópias de convênios, contratos e termos de parcerias, onde é possível justificar os recursos recebidos e disponibilizados pela Instituição.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão discutidos os resultados do estudo realizado, com a intenção de alcançar o objetivo geral e, por consequência, responder o problema do estudo. Neste sentido, antes da análise e discussão dos resultados, julga-se pertinente a caracterização da instituição que serviu como o estudo de caso, bem como os seus projetos.

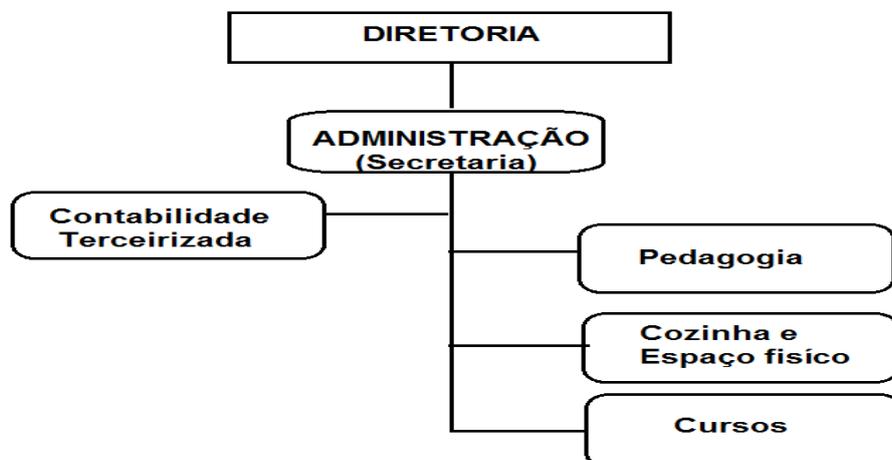
3.1 Instituto Agrex

O Instituto Agrex foi fundado em 20 de abril de 2010, com a finalidade de transferir tecnologia e divulgar conhecimentos aplicáveis à agricultura familiar, bem como ações relacionadas com o desenvolvimento rural, trabalhos artesanais, reciclagem de resíduos e outros projetos que visem à sustentabilidade econômica, social e ambiental. Tem por objetivo principal incentivar a gestão socioambiental, através da captação de recursos e sua aplicação em projetos e programas, que proporcionem a capacitação técnica e profissional, visando à geração de emprego e renda além de oferecer apoio à educação, esportes, artes, lazer e cultura promovendo o desenvolvimento humano para jovens e adultos através dos Projetos Sociais: Hortas Comunitárias, Projeto AMA, e Casa do Aprendizado.

O Instituto Agrex atualmente conta com 22 colaboradores, sendo: 04 funcionários efetivos, 02 diaristas, 10 Instrutores de cursos, 06 membros da Diretoria.

A instituição não possui organograma, para melhor entendimento da divisão dos setores da instituição segue abaixo organograma elaborado pelo autor.

Figura 01 – Organograma do Instituto Agrex



Fonte: Elaborado pelo autor

A Instituição é dividida em 05 setores, sendo: a Diretoria, a Administração (secretária), a Pedagogia, a Cozinha/espço físico, e Cursos. A contabilidade da instituição é terceirizada.

3.2 Projeto Hortas Comunitárias

O Projeto Hortas Comunitárias foi fundado em 22 de fevereiro de 2004, com o lema “Não dê o peixe, ensine a pescar” tem como área de abrangência a **cidade** de Balsas-MA, sendo 03 hortas distribuídas em bairros São Felix, São Caetano e Bacaba e 01 horta localizada na sede do Instituto Agrex. O projeto tem como público alvo famílias carentes, especialmente mulheres (mães de família) sem colocação no mercado de trabalho. Atualmente o projeto conta com 16 famílias cadastradas – sendo em média 83 pessoas beneficiados (horticultores e seus familiares).

O projeto Hortas Comunitárias tem por objetivo principal complementar a alimentação das famílias atendidas, bem como ajudar na renda familiar, uma vez que todo o excedente produzido é vendido para a comunidade em geral com um preço acessível, as hortaliças produzidas são 100% orgânicas. O projeto conta com Instituições parceiras tais como: a Prelazia de Balsas e CDVDH – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. A Prelazia de Balsas cede os terrenos onde os horticultores cultivam as hortaliças, os terrenos cedidos aos horticultores são de propriedade da igreja católica.

3.3 Projeto AMA

O Projeto AMA foi fundado em 20 de abril de 2006 através da parceria entre o casal Sr. Paulo Alberto Fachin/ Gisele Fachin, e da Instituição Premevi (Preparando Melhor para a Vida), tem como área de abrangência a cidade de **Balsas-MA** e público alvo crianças e adolescentes de 09 a 17 anos. O projeto oferece cursos tais como: aulas de violão, auxiliar administrativo e financeiro, técnicas em vendas, atendimento ao cliente e artesanatos em geral, além de acompanhamento social, presença de palestrantes de diversas áreas de conhecimento, ensinamentos éticos, tudo isso com o objetivo de encaminhamento desses alunos para o mercado de trabalho, através de parcerias com empresas locais.

3.4 Projeto Casa do Aprendizado

O Projeto Casa do Aprendizado foi fundado em 02 de maio de 2012 tem como público alvo famílias de alunos atendidos pelo Instituto Agrex através do Projeto AMA, e a comunidade em geral, em especial mulheres sem colocação no mercado de trabalho. A Casa do Aprendizado oferece cursos profissionalizantes tais como: bordado em chinelo, bordados em pérolas, corte e costura, enxoval para bebês, curso básico de bolos confeitados, e doces e salgados.

O projeto tem por objetivo principal a capacitação profissional para ajudar a melhorar a renda familiar, pois algumas mulheres não podem trabalhar fora devido ter filhos pequenos e fazendo os cursos oferecidos pelo Instituto Agrex elas terão o benefício de trabalhar em casa.

3.5 Controles internos do Instituto Agrex

Durante a pesquisa foi detectado que a instituição possui alguns controles internos, dentre eles o Planejamento programático que se trata um documento que descreve o que a instituição almeja para o ano letivo, ou seja, todas as atividades que serão desenvolvidas nos projetos. Esse planejamento se faz necessário para que se cumpra na data certa, da forma correta, e ainda com tempo hábil para implementações que por ventura sejam identificadas, sem a necessidade de correções mais complexas

futuras, tendo em vista que desta forma tudo que acontece, sendo visto e revisado em seguida ganha-se em qualidade, coerência, exatidão, clareza, e o que é melhor, aumenta o grau de eficiência e eficácia.

Outro controle identificado é o Fluxo de caixa onde a instituição realiza uma projeção das suas entradas e saídas, a curto e longo prazo, o uso deste transmite seriedade e confiabilidade aos patrocinadores, doadores e colaboradores diversos, sejam contínuos, periódicos e/ou eventuais, todos ficam sabendo como foi angariado recursos e como foi gasto. O fluxo de caixa do Terceiro setor necessita de uma margem de estabilidade, pois a maioria das instituições do Terceiro setor trabalham com margem incerta. No caso do Instituto Agrex, embora tendo mantenedor fixo, precisa ter sempre o monitoramento cautelar, isso porque as vezes surgem mais demandas do que a capacidade de cobertura momentânea e, nesse caso, não se pode agir por impulsos, a consulta e obediência financeira deixam o caixa saudável e evita incômodos para quem o administra.

Anualmente é realizado o Planejamento financeiro – Controle Orçamentário da instituição, que tem por objetivo fazer uma estimativa das despesas e receitas a curto e longo prazo, ou seja, é uma projeção do que será gasto nos projetos no decorrer do ano, uma estimativa de quanto precisará para alcançar os objetivos traçados no Planejamento Programático. Vale ressaltar que quando no decorrer do ano ocorre a captação de recursos de novas fontes, implementa-se o que já foi programado.

A instituição mede/controla a quantidade e assiduidade dos educandos (alunos) atendidos através dos projetos AMA e Casa do Aprendizado por meio da folha de frequência, para com os professores esta ferramenta serve para controlar a pontualidade dos mesmos e efetuar o pagamento pelas aulas ministradas. Assim se faz acontecer num processo justo, delegando responsabilidades e propiciando o cumprimento do proposto pela instituição.

Nos cursos oferecidos pelo Instituto Agrex também é utilizado o Termo de compromisso que tem por objetivo firmar parceria entre alunos e instituição no que diz respeito a pontualidade, frequência nas aulas e zelo ao patrimônio. Ressalva-se que nada é imposto, e sim acordado com base na lei. O uso deste controle traz solidez, credibilidade, e adesão à proposta que o Instituto lança para a sociedade.

Já com os horticultores, o termo é utilizado com o objetivo de deixar claro que não há vínculo empregatício entre a instituição e os horticultores e também serve para limitar o uso do terreno utilizado pelas famílias, para que futuramente não corra o risco

destas solicitar o usucapião, uma vez que os terrenos são de propriedade da igreja católica e cedidos para os horticultores em caráter de acolhimento solidário, viabilizando a profissionalização, geração de trabalho e renda, inclusão social e cobertura previdenciária. O termo de compromisso é atualizado de acordo com a necessidade de cada situação sendo antes sanadas quaisquer dúvidas.

No momento da contratação de professores para os cursos oferecidos pelos Instituto Agrex é feito o Contrato de prestação de serviços que é um documento utilizado com o objetivo de firmar parceria entre professores e instituição no que diz respeito a pontualidade, frequência, zelo ao patrimônio, e para deixar claro valores acordados e forma de repasse, onde todos são conscientes da ausência e inconfundível hipótese de vínculo empregatício sob quaisquer alegações e pretexto, uma vez que tudo foi realizado em comum acordo e em conformidade com legislação vigente. A validade do contrato está ligada ao período de duração do curso. No exercício das funções diferenciam-se do empregado (colaborador) comum, porque não se trata de funcionários, e sim de parceiros, com limites de atuação, porem autônomos e autogeridos.

Através do relatório de atividades é feita a descrição de todas as atividades desenvolvidas pela instituição em todos os projetos, sendo uma forma de apresentação dos resultados dos valores investidos, a linguagem é simples para que quem não está envolvido nos processos e rotinas diárias tenham a facilidade de interpretar as informações repassadas.

É atualizada diariamente uma planilha de controle de contas a pagar, assim os pagamentos são realizados sempre antes ou na data de vencimento, evitando o pagamento de juros. A instituição não faz seus pagamentos aleatoriamente, trabalha com programações periódicas.

Conforme já citado, a instituição realiza seus pagamentos em datas programadas, por este motivo, faz-se necessário a aplicação da planilha de agendamento e liberação de pagamentos onde as notas e recibos são listados e enviados por e-mail para o Supervisor Administrativo da empresa mantenedora, dessa forma, os pagamentos são revisados e liberados por duas pessoas, uma da instituição mantida e outra da instituição mantenedora, tal procedimento permite o controle compartilhado do contas a pagar da instituição estudada, e dessa forma segue o princípio da segregação de funções, onde dois ou mais indivíduos são responsáveis por validar as transações financeiras, evitando o acúmulo de funções, e automaticamente diminuindo o risco de erros e fraudes.

O acompanhamento da quantidade de alunos matriculados e desistentes no decorrer do curso é feito através da alimentação da planilha controle de alunos, assim, no final de cada semestre e também no final do ano, é possível fazer uma avaliação, para verificar a quantidade de alunos atendidos pelos projetos, desistentes, e os motivos da evasão.

Em todas as reuniões organizadas pela instituição é feita uma ata descrevendo os assuntos discutidos, e também é assinada folha de frequência, dessa forma, é possível avaliar quais os assuntos foram resolvidos no decorrer do tempo e quais ainda estão pendentes de resoluções. A lavratura da ata é primordial pois registra pontos que por vezes não haviam sido percebidos pela gestão. Também é uma forma de promover a filtragem dos assuntos que foram partilhados, e identificar os indivíduos envolvidos na resolução dos assuntos abortados no decorrer de cada reunião.

3.6 Auxílio dos controles internos na gestão contábil

O conceito de gestão contábil é amplo, mas ao mesmo tempo possui passos importantes para se chegar a um patamar facilitador das práticas que auxiliarão o gestor na capacidade e eficiência do cumprimento das suas tarefas. O gestor precisa ter conhecimento do assunto, querer fazer, ser transparente, buscar informações, e ser disciplinado no momento da aplicação das ferramentas de controles internos, pois tais ferramentas são essenciais para a gestão contábil, uma vez que o uso correto reduz consideravelmente o risco de erros e fraudes.

Uma das maiores razões da utilização de controles internos é que eles agem de forma preventiva, detectiva e corretiva. Ao usar por exemplo, a planilha de agendamento e liberação de pagamentos, a instituição transmite transparência e controle compartilhado, uma vez que, os pagamentos são revisados e liberados por duas pessoas, uma da instituição mantida e outra da instituição mantenedora, dessa forma, os investidores ficam sabendo em tempo real de todos os acontecimentos financeiros pertinentes, e como já foi citado, acompanha o princípio da segregação de funções, por haver duas pessoas envolvidas no processo financeiro.

Por outro lado, a utilização do Planejamento programático e Planejamento financeiro -Controle orçamentário podem garantir o sucesso das metas traçadas e a qualidade da gestão dos projetos, pois o gestor poderá antecipar-se à situações que poderiam causar problemas futuros, tanto operacionais quanto financeiros, para a

instituição ou para si, tendo em vista que também responde solidariamente, pelos atos praticados e/ou pelas obrigações deixadas de efetivar.

A utilização de controles internos, também possibilita a proteção dos bens da instituição, além de proporcionar credibilidade às informações contábeis, produzindo relatórios que transmitem segurança aos investidores sociais, e os auxiliam na tomada de decisões.

Não restam dúvidas sobre a importância da conciliação entre o que se propõe a fazer e o que se pode fazer. Neste caso, é incontestável e indispensável o uso do fluxo de caixa, este controle se torna essencial à saúde financeira da instituição, pois permite a visualização das receitas e despesas a curto e longo prazo.

A instituição estudada tem como verba principal, um convênio firmado com uma empresa privada, a mesma é intitulada “mantenedora”, o convênio é atualizado anualmente e o valor total é dividido em 12 parcelas, depositadas mensalmente em conta, no entanto, vale ressaltar que o depósito do repasse mensal está ligado diretamente à prestação de contas. Compreende-se como prestação de contas mensais os seguintes documentos: Relatório de fluxo de caixa, extratos bancários, Relatório de atividades, e Balancete de verificação.

Neste contexto os controles internos podem garantir ao gestor da instituição a aprovação da sua prestação de contas, pois os mesmos trazem transparência credibilidade para as informações repassadas aos investidores sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado cumpriu o objetivo proposto de analisar quais as ferramentas de controles internos utilizadas por uma instituição social sem fins lucrativos no processo de gestão contábil. Foi possível verificar a importância de tais controles dentro de todos os departamentos da instituição, uma vez que possibilitam a transparência das informações.

Através dos controles internos também é possível medir o quanto a instituição gasta para a manutenção dos projetos administrados, ou seja, o quanto é gasto com despesas administrativas, professores, materiais para os cursos, alunos, dentre outros, além de dar a possibilidade do gestor se antecipar a determinadas situações.

Verificou-se que os objetivos específicos deste estudo também foram atingidos. Foi feita uma análise dos documentos e das atividades desenvolvidas pela instituição.

Por meio deste levantamento foi possível verificar que existem controles internos e os mesmos fortalecem as informações contábeis e automaticamente a prestação de contas.

Conclui-se que após o presente estudo, é possível afirmar que o controle interno é a base de sustentação entre aquilo que foi planejado e o que está sendo executado. O estudo contribuiu para destacar a importância da transparência das informações sejam contábeis ou administrativas, principalmente para instituições do Terceiro Setor, uma vez que, por não visar o lucro, estas instituições muitas vezes perdem sua credibilidade por não conseguir fazer a devida prestação de contas dos valores recebidos, nem tão pouco prestam contas das atividades desenvolvidas. Também foi possível verificar que o insucesso nem sempre está ligado a má fé, na maioria das vezes é fruto da incapacidade técnica e métodos insuficientes.

Conclui-se que no Instituto Agrex é prática fundamental os atos de planejar, organizar, dirigir e controlar. Por esta razão ficou claro que o Instituto Agrex é uma instituição que vê a transparência das finanças como ferramenta essencial à sua credibilidade e firmação como instituição social privada de interesse público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Veronica Eberle; ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade no Terceiro Setor**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. (edição digital), 2012.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6º Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

BERTI, Anélio. **Contabilidade Gerencial: Uma Ferramenta de Apoio à Gestão**. 2ª Edição. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2004.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor – Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social.

Disponível em

<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>.

Acesso em 15 de março de 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 5º Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

INSTITUTO AGREX. Disponível em:

<<http://www.agrex.com.br/sustentabilidade/instituto-agrex/>>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social:** Contabilidade, Obrigações Acessórias e Principais. 2ª Edição. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diego Toledo. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor):** Inclui Capítulo Sobre Contabilidade por Fundos. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Uma Abordagem Jurídica e Contábil. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** Guia de sobrevivência empresarial. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 20